

COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

ANO II • Nº 1

BRASÍLIA, DF

JAN/ABR 97

O FUTURO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

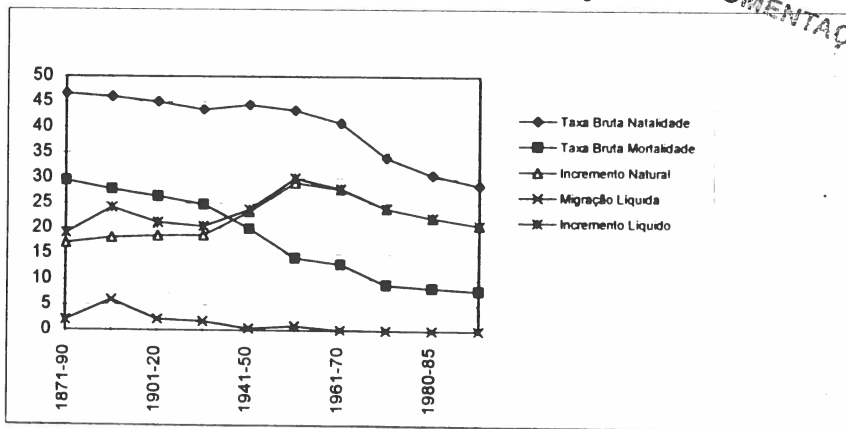
*Kaizô I. Beltrão**

*Ana Amélia Camarano***

Espera-se que, no ano 2000, a população brasileira atinja a magnitude de 166,7 milhões de habitantes e, em 2020, de 202,1 milhões. Esses dados são resultado de projeções populacionais realizadas pelo IPEA e de uma história populacional que pode ser sintetizada em três períodos básicos.

No primeiro (ver gráfico 1), que abrange desde o século passado até aproximadamente 1930, a população brasileira apresentava taxas de natalidade e de mortalidade relativamente altas e, conseqüentemente, baixa taxa de crescimento vegetativo. Porém, entre 1870 e 1930, a presença da imigração internacional resultou num incremento populacional significativo.

GRÁFICO 1
Componente da Dinâmica Demográfica



IPEA/RIO
DOCUMENTAÇÃO

* Superintendente do IBGE/ENCE.

** Técnica da Diretoria de Política Social do IPEA.

13/06/01





A partir de 1930, inicia-se o segundo período dessa história, quando os níveis de mortalidade começaram a declinar, e os movimentos populacionais de origem internacional perderam importância no contexto da população nacional. A queda da mortalidade passou a ser responsável pela variação no ritmo de crescimento da população brasileira até 1970, levando este a atingir seu ápice nas décadas de 50 e 60 (taxas médias em torno de 2,9% ao ano), o que foi possível, também, pelos altos níveis de fecundidade e natalidade ainda prevalentes.

Esse período se estendeu até o final da década de 60, quando os níveis de fecundidade também começaram a declinar, mais do que contrabalançando a redução ocorrida na mortalidade, impedindo que a taxa de crescimento da população brasileira continuasse a aumentar. Iniciou-se, então, o terceiro período, que se estende até hoje, caracterizado por uma redução acelerada da taxa de crescimento populacional, dada pelos padrões de fecundidade a seguir.

A taxa de fecundidade total — número médio de filhos tidos por mulher ao final de seu período reprodutivo — declinou de 6,1 filhos, nos anos 40, para 2,5, na primeira metade dos anos 90. Essa queda foi espacial e socialmente diferenciada. Por exemplo, na primeira metade dos anos 90, as mulheres residentes nas áreas rurais tinham em média 1,2 filho a mais do que as residentes nas áreas urbanas.

A mortalidade também apresentou uma queda sistemática no período. A esperança de vida da população masculina aumentou em 2,8 anos, e a da população feminina em 4 anos, na década de 80. Enquanto a população feminina podia esperar viver 69,8 anos, a esperança de vida da população masculina foi de 61,1 anos. Fica claro que as variações observadas no período foram bastante diferenciadas por grupo etário e sexo, modificando, assim, o perfil da mortalidade e afetando o valor da esperança de vida ao nascer da população brasileira. Observou-se uma redução relativa bem mais significativa da mortalidade do grupo etário 1-4 anos, seguido dos formados pela população menor de 1 ano; de 5 a 9; e de 10 a 14 anos, sucessivamente. Os outros grupos também apresentaram uma redução, com exceção daqueles compreendidos entre 15-29 anos, para a população masculina. Essa mudança no padrão de mortalidade por sexo e idade é resultado das transformações verificadas no padrão de mortalidade por causa da população brasileira. Doenças evitáveis por imunização e/ou melhoria de condições sanitárias, que atingem mais as crianças menores de cinco anos de idade e as mulheres jovens, vêm perdendo importância relativa para as doenças típicas de países industrializados e mais urbanizados, que atingem mais a população adulta (neoplasias e doenças cardiovasculares). Além disso, a outra



causa de morte que vem ganhando importância no conjunto das mortes masculinas são as mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, etc.).

Em termos de distribuição populacional rural—urbana, tem-se observado uma concentração progressiva e acentuada da população nas áreas urbanas, notadamente nas grandes cidades. Em 1940, 31% da população brasileira residia nos quadros urbanos. Em 1991, essa proporção atingiu 75%. Os movimentos migratórios foram os grandes responsáveis por esse processo. Aproximadamente 12 milhões de pessoas deixaram a área rural na década de 60, o que correspondeu a um terço da população residente. Nos anos 70, esse volume elevou-se para 16 milhões, representando 38% do contingente rural. Na década de 80, decresceu para 12,4 milhões, o que representou 32% da população rural de 1990.

As projeções¹ levaram em conta essa história populacional. Estas apontam para uma continuação da redução da taxa de crescimento da população total observada na década de 80, de 1,9% para valores próximos a 1,3%, no quinquênio 1995-2000, cerca de 1,2%, entre 2000 e 2005, e 0,6 %, em 2015-2005. A população rural continuará diminuindo em termos absolutos, embora a uma taxa menor que a observada nos anos 80. Esperam-se variações negativas na taxa de crescimento da população rural de -0,9%, no quinquênio 1990-1995, para -0,7%, entre 1995-2000. A população urbana tende a crescer a uma taxa de 1,8%, entre o ano 1995-2000, e de 1,6 %, no período 2000-2005. Cerca de 80% da população brasileira estará residindo nas áreas urbanas no ano 2000, 82%, em 2005, e em torno de 86%, em 2020. Ver a tabela 1 que apresenta os valores esperados para a população brasileira desagregada por situação de domicílio.

As transformações demográficas em curso e as projetadas, além de afetarem o ritmo de crescimento populacional, comprometerão também significativamente a distribuição etária. Esse efeito se dá de forma defasada, atingindo primeiro os grupos etários mais jovens da população e, posteriormente, estendendo-se aos demais. Isso pode ser visto a partir das pirâmides etárias de 1990 e 2020, apresentadas nos gráficos 2 e 3, respectivamente. Um aspecto fundamental evidenciado pelos dados é o envelhecimento da população, ou seja, o peso progressivamente menor dos jovens em relação a outros grupos etários, especialmente o grupo idoso. Em 1990, observou-se que aproximadamente 35% da

¹ Assumiu-se uma queda continuada para a fecundidade, a não ser para o primeiro grupo etário fértil, com um limite inferior para a Taxa de Fecundidade Total (TFT) de 1,62 filho por mulher residente nas áreas urbanas, e 2,52 filhos por mulher residente nas áreas rurais. A hipótese de migração é de um arrefecimento dos movimentos rurais—urbanos, caindo a taxa de migração em torno de 10% por década. Para a mortalidade, também assumiu-se uma continuação da queda, o que resultaria em valores de esperança de vida de 78,3 e 85,2 anos para homens e mulheres urbanos, respectivamente, e de 64 e 72,0 anos para homens e mulheres rurais, respectivamente.



população brasileira tinha menos de 15 anos, e 4,8% mais de 65 anos. Dada a queda da fecundidade, a proporção da população jovem tende a se reduzir, fenômeno este já iniciado nos anos 70, e a da população idosa tende a aumentar — resultado de taxas de crescimento diferenciadas dos vários grupos etários.

TABELA 1
Brasil: Projeção de População por Condição de Domicílio
2000-2005

(Em 1 000 hab.)

ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
2000	166 851,1	134 296,5	32 586,1
2005	177 403,8	146 009,7	31 394,1
2010	187 050,6	156 887,8	30 162,8
2015	195 411,8	166 746,7	28 695,1
2020	202 502,7	175 459,9	27 042,8

Fonte: IPEA/DIPOS/CGESP/Coordenadora de Estudos Populacionais

Para analisar as implicações, em termos de políticas públicas, dos resultados apresentados, a população foi dividida em quatro grupos etários, grupos estes considerados alvo de políticas.

O Grupo 0-5 anos

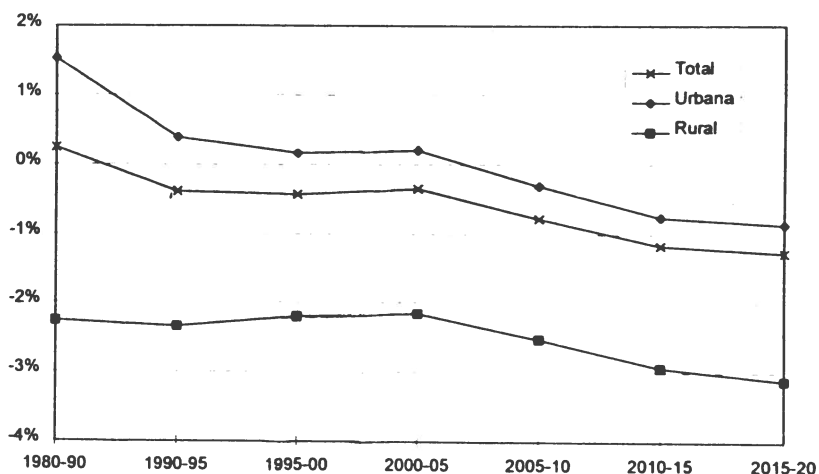
O primeiro grupo analisado é o grupo 0-5 anos, que é considerado importante para as políticas de saúde materno-infantil. A tendência apresentada por esse grupo etário é a de redução no seu ritmo de crescimento, devendo atingir taxas negativas durante todo o período 1995-2020 (ver gráfico 2). Isso significa uma redução de seu contingente absoluto deste grupo etário ao longo do período. No entanto, ainda assim esse segmento apresentará uma importância numérica bastante expressiva: cerca de 19,4 milhões de pessoas no ano 2000, das quais 3,2 milhões terão menos de um ano, e 75% destes deverão estar localizados na zona urbana. No ano 2020, espera-se encontrar 16 milhões de pessoas nesse grupo etário, e 2,6 milhões com menos de um ano de idade.

No tocante a implicações para políticas públicas, pode-se esperar uma diminuição relativa na pressão por serviços de saúde materno-infantil, embora o montante demandado seja bastante significativo. Vale a pena ressaltar que a desagregação geográfica mostra que a migração distribui este contingente espacialmente, levando-o a apresentar taxas elevadas de crescimento em certas áreas. Além disso, a queda da fecundidade tem-se dado defasadamente entre os vários segmentos sociais. Em que pese a taxa de fecundidade estar agora decli-



nando de forma mais marcante entre a camada mais pobre da população, a queda aí se iniciou bem mais tarde do que entre os grupos melhor favorecidos. Conseqüentemente, os grupos mais pobres ainda apresentam taxas elevadas de crescimento, principalmente nas idades jovens. Além disso, são esses os grupos que têm uma maior necessidade de serviços públicos.

GRÁFICO 2
Taxa de Crescimento (Anualizada) — População Projetada
População de 0-4 Anos



O Grupo 5-14 anos

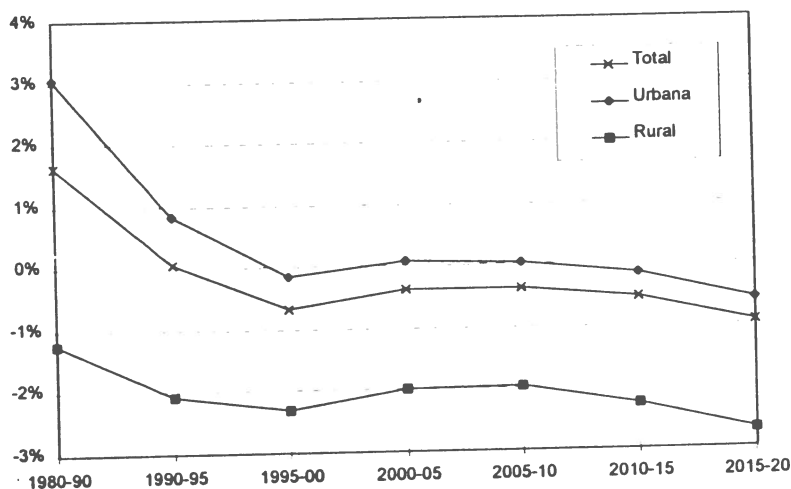
A população de 5 a 14 anos é considerada aqui, *grosso modo*, como a população que demanda escolas do primeiro grau. Seu comportamento é bastante similar ao do primeiro grupo analisado, ou seja, espera-se sua redução, em termos absolutos, de 33,8 milhões para 32,1, entre 1995 e 2000, e para 29,5 milhões, em 2020. Essa redução é bem mais acentuada nas áreas urbanas do que nas rurais (ver gráfico 3). Apesar de decrescente, é importante analisar o expressivo contingente que terá idades entre 5 a 14 anos no final do século. Nas



áreas urbanas, esse contingente deverá atingir 25,2 milhões de habitantes, e nas rurais, 7,6 milhões.

Além disso, a taxa de escolarização observada, em 1991, para a população de 7 a 14 anos foi de 91,6%, o que significa a existência de aproximadamente 8% de crianças fora da escola. Assumindo essa mesma taxa de escolarização para 1995, 2000 e 2020, pode-se esperar um pequeno decréscimo no número de crianças que estarão na escola, 104,7 mil por ano entre 1995 e 2000. Mas caso se tenha como meta uma taxa de escolarização de 100%, isso implica um acréscimo anual de 336,7 mil crianças na escola por ano no mesmo período. Desse incremento, 75% deverão localizar-se nas áreas urbanas.

GRÁFICO 3
Taxa de Crescimento (Anualizada) População Projetada
População de 5-14 Anos

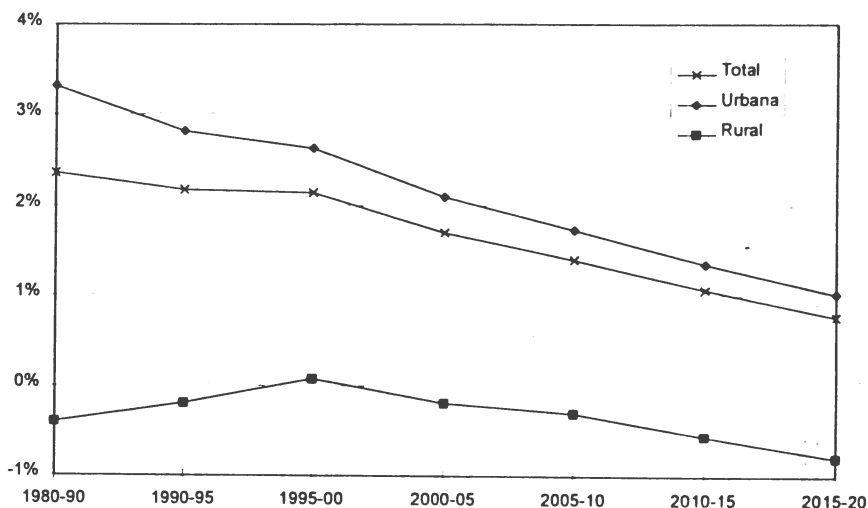


No caso da população em idade ativa, de 15 a 65 anos, o volume de entradas nessa categoria reflete basicamente o número de nascimentos ocorridos 15 anos antes. Estes, por sua vez, relacionam-se com as taxas de fecundidade e com o número de mulheres em idade reprodutiva no período correspondente. Isso explica as taxas de crescimento ainda relativamente altas desse segmento populacional, aproximadamente 2,6% ao ano, entre 1995-2000, ainda que estas



apresentem um comportamento decrescente tanto para a população urbana, quanto rural. Nesse caso, as maiores taxas de crescimento se darão nas áreas urbanas — resultado das migrações rurais-urbanas (ver gráfico 4).

GRAFICO 4
Taxa de Crescimento (Anualizada) — População Projetada
População de 15-64 Anos



Esse crescimento implica um incremento de aproximadamente 2 milhões de pessoas anualmente nesse grupo etário entre 1995-2000. Provavelmente, nem todo esse incremento demandará trabalho, mas a parte que não demandar certamente estará pressionando o sistema escolar ou outro tipo de ocupação que não seja trabalho. É importante salientar que esse crescimento já está dado pela dinâmica demográfica passada. Apenas os movimentos migratórios terão um efeito na sua localização. A queda na fecundidade acarretará uma redução do incremento desse segmento populacional para 1,3 milhão no quinquênio 2015-2020. É esperado que todo este se localize nas áreas urbanas.

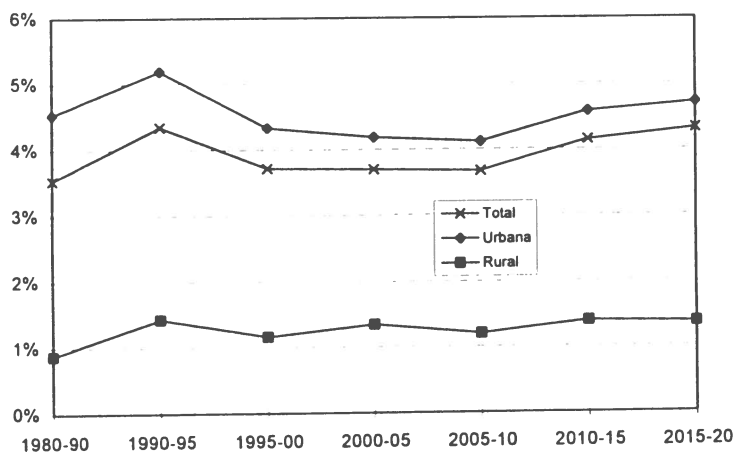


A População Idosa

O único grupo etário que deverá apresentar taxas de crescimento crescentes no período 1995-2020 é o grupo de 60 anos e mais (ver gráfico 5). Isso se dará de forma mais marcante nas áreas urbanas e entre as mulheres, e é resultado das altas taxas de fecundidade verificadas nas décadas de 50 e 60 e da queda da mortalidade. As demandas por benefícios previdenciários e assistenciais deverão sofrer um crescimento, já que é esse grupo o principal usuário dessas políticas. Os serviços de saúde deverão também sofrer uma maior pressão pois os grupos extremos (as crianças e os idosos) são os que exercem maior demanda sobre o sistema. Com o aumento da sobrevida, o perfil epidemiológico também se alterará: doenças crônico-degenerativas passam a ter uma importância relativa maior do que as doenças infecto-contagiosas.

No entanto, há que se ter em mente que, apesar do ritmo de crescimento do segmento idoso ser elevado, o contingente absoluto projetado tanto para o ano 2000, como para 2020, ainda é relativamente modesto se comparado com os outros contingentes (ver tabela 2).

GRÁFICO 5
Taxa de Crescimento (Anualizada) — População Projetada
População de 65 e mais Anos





À Guisa de Conclusões

As transformações mencionadas podem ser sintetizadas num indicador demográfico — a razão de dependência. Este mede a razão entre a população dependente, menor de 15 e maior de 65 anos, e a população em idade ativa, de 15 a 65 anos. A tabela 3 mostra uma projeção dessa razão para os anos compreendidos entre 1995 e 2020, relativa à população rural, urbana e total. A tendência apresentada é a de um decréscimo nessa relação. Considerando-se a população como um todo, enquanto em 1995, 60% da população brasileira podia ser considerada demograficamente dependente, pode-se esperar que essa relação atinja valores próximos a 44%, em 2020. A composição etária dos dependentes também deverá ser diferenciada. Enquanto em 1995, 83% dessa população tinha menos de 15 anos, essa proporção deverá diminuir para 69,5%, em 2020. Conseqüentemente, a razão de dependência da população jovem diminui, e a da população idosa aumenta.

TABELA 2
População por Grupos Específicos de Idade e Situação de Domicílio
Brasil

(Em 1 000 Habs)

Grupos	2000			2020		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
0-1	2 406,7	806,4	3 213,1	2 137,2	451,0	2 588,2
1-4	12 161,0	3 990,2	16 151,2	11 059,5	2 329,9	13 389,4
5-14	25 209,5	7 651,5	32 861,0	24 341,5	4 945,7	29 287,2
15-64	87 977,5	19 237,6	107 215,0	119 047,9	17 673,9	136 721,8
65 e +	7 110,3	1 647,4	8 757,7	15 447,4	2 045,6	17 493,1
Brasil	13 2458,2	32 526,8	164 985,0	169 896,4	26 995,1	196 891,5

Fonte: IPEA/DIPOS/CGESP/Coordenadora de Estudos Populacionais

Esses dados refletem a situação do Brasil como um todo, ou seja, é uma média ponderada do que vem sendo observado nas várias regiões do país. Mas, como em toda média, não só as diferenças inter-regionais como as intra-regionais estão mascaradas. A tabela 3 mostra que, por exemplo, a razão de dependência da população rural, embora decrescente, situa-se em patamares bem mais elevados do que a da população urbana. Isso se deve ao fato de que o início da queda da fecundidade rural foi posterior à queda da fecundidade urbana, e além disso, a migração rural urbana retira das áreas rurais principalmente o



contingente em idade ativa. Como consequência, mesmo projetando uma queda na taxa de fecundidade acentuada para a população rural nos próximos 20 anos, dificilmente se pode falar em uma convergência nessas taxas.

TABELA 3
Razão de Dependência Projetada por Situação de Domicílio
1995-2020

Anos	População Urbana			População Rural			População Total		
	Jovens	Idosos	Total	Jovens	Idosos	Total	Jovens	Idosos	Total
2000	43,2	9,1	54,4	60,5	8,6	69,1	44,2	10,7	55,9
2005	40,0	9,8	50,9	55,9	9,1	65,1	39,7	11,1	51,7
2010	37,0	10,4	47,7	50,6	9,6	60,2	36,0	12,3	49,2
2015	33,8	12,1	46,1	45,7	10,5	56,2	32,7	14,2	47,8
2020	31,5	13,7	45,3	41,2	11,6	52,7	29,8	16,8	47,2

Fonte: IPEA/DIPOS/CGESP/Coordenadoria de Estudos Populacionais

Assim, esses dados mostram que a queda da fecundidade tem resultado numa redução da razão de dependência, o que significa uma redução da pressão sobre certos serviços sociais, basicamente serviços médicos de pediatria, educação, etc. No entanto, essa conclusão deve ser vista com cautela. Em primeiro lugar, essa redução tem sido regionalmente diferenciada. Justamente nas áreas mais carentes, a proporção da população jovem ainda situa-se em patamares bem elevados. É o caso, por exemplo, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a qual até apresentou um acréscimo. Além disso, são essas regiões as que apresentam o maior déficit na oferta de serviços públicos. Da mesma forma, tem sido diferenciada de acordo com os vários segmentos sociais, como consequência da queda diferenciada da fecundidade.

Um segundo ponto a ser salientado é a dificuldade de se pensar em redução de demanda numa situação em que ainda existem déficits no atendimento da demanda. Por exemplo, embora o número de crianças que demande escolas esteja diminuindo, não se observa, ainda, uma universalização do ensino primário. Além disso, há que se acrescentar que a razão de dependência da população idosa está aumentando e as demandas de políticas públicas (saúde, previdência social) acarretadas por esse segmento são mais onerosas.



MENOS CRIANÇAS = MENOS ESCOLAS?

Marcelo Medeiros*
Ana Amélia Camarano**

1 – Introdução

O estudo de tendências demográficas é um elemento importante na formulação de políticas públicas. Em razão disso, o comportamento das variáveis demográficas tem sido usado no planejamento de médio e longo prazos para a construção de cenários em que são projetadas as tendências demográficas futuras que são parcialmente responsáveis pela determinação dos níveis de demanda por políticas sociais. No caso brasileiro, diversas mudanças vêm ocorrendo no perfil demográfico da população e, dentre estas, uma tem ganhado destaque especial entre os demógrafos: a queda nas taxas de fecundidade.

Esse movimento da fecundidade provoca, além da queda nas taxas de crescimento, uma mudança na estrutura etária da população, com redução da importância relativa da população jovem na população total. Como a população jovem passa a crescer a taxas relativamente baixas, e a população idosa, embora crescendo a taxas elevadas, ainda é numericamente inferior, as políticas públicas brasileiras estariam vivendo a chamada *fase de ouro da transição demográfica*, uma vez que, sendo menor a razão de dependência da população, é também menor a demanda por diversas políticas sociais. No caso do sistema de ensino, a queda da fecundidade no Brasil, por meio da redução absoluta da população no grupo de 7 a 14 anos, estaria, aparentemente, proporcionando um momento de tregua para os planejadores educacionais, que tornaria possível a definição e implementação de um novo modelo educacional. Haveria uma queda na demanda determinada, principalmente pelo declínio do número absoluto de crianças ingressando no 1º grau.

Este texto discute duas concepções correntes, relativas aos impactos das mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro, e suas implicações para as políticas de educação:

- a) O Brasil está presenciando, a partir da década de 90, uma redução significativa na demanda por ensino de primeiro grau; e

* Técnico da Diretoria de Política Social do IPEA.

** Técnica da Diretoria de Política Social do IPEA.



- b) As mudanças demográficas sugerem que a política educacional deverá encaminhar-se na direção da melhoria da qualidade de ensino, e não da expansão da base física do sistema educacional.

Há razões para crer que essas concepções, apesar de partirem de um diagnóstico correto das mudanças demográficas em andamento, sugerem ações públicas que podem não estar em concordância com outros determinantes de demanda por escola no Brasil e, portanto, necessitam ser complementadas. As afirmações *a* e *b* sustentam-se sobre pelo menos cinco hipóteses implícitas, a saber:

1. Todas as regiões brasileiras atingiram níveis satisfatórios de cobertura escolar.
2. São as crianças entre 7 e 14 anos que determinam a demanda por escola de primeiro grau.
3. O perfil de demanda por ensino de primeiro grau no Brasil, permanece e tende a permanecer praticamente o mesmo nos próximos anos.
4. As mudanças espaciais da população são insuficientes para criar uma demanda localizada por expansão da estrutura física do sistema de ensino.
5. As mudanças demográficas não são diferenciadas por regiões nem por classes sociais.

A seguir serão discutidos os eixos de sustentação dessas hipóteses.

2 — Cobertura Escolar

A taxa média de escolarização da população brasileira entre 7 e 14 anos é, segundo a PNAD 1995, de 90,2%. Este é um valor considerado razoável para países sul-americanos, mas ainda baixo se comparado a países desenvolvidos, onde, segundo dados do UNICEF, para aproximadamente o mesmo período, as taxas situam-se, em geral, acima de 97% para a educação básica. Se considerarmos as desigualdades regionais, essa diferença torna-se ainda maior no caso da região Nordeste, onde essa taxa é de 85% e a taxa de fecundidade total é uma das mais altas do país.

O argumento de que a diminuição da fecundidade aliviará a pressão demográfica sobre a expansão da base física do sistema educacional no Brasil como um todo é correto. Porém, isso não equivale a dizer que a política educacional deverá preocupar-se menos com a expansão da rede de ensino. De fato espera-se, segundo projeções do IPEA, uma redução em termos absolutos da



população na faixa de 5 a 14 anos (coortes que englobam o critério de população em idade escolar utilizado pelas estatísticas oficiais), de 33,8 milhões para 32,8 milhões, entre 1995 e 2000, e uma queda para 29,3 milhões, em 2020. Todavia, a pressão demográfica projetada sobre a rede de ensino depende da taxa de escolarização adotada como meta. Mantidos os valores de 1995, pode-se esperar um pequeno decréscimo do número de crianças que estarão na escola e, portanto, o argumento se manteria. Entretanto, uma taxa de escolarização em torno do valor hipotético de 100%, no ano 2000, exigiria uma expansão anual de 330 mil matrículas na rede de ensino a partir de 1995, o que mostra que a preocupação com as dimensões da rede de ensino não podem ser ignoradas.

3 — Idade Escolar

É importante ressaltar que as projeções que permitiram a afirmação *a* estão tratando da população em idade escolar, adotando o limite de 14 anos de idade. Na verdade, dados do Censo Educacional de 1994 do MEC mostram que, no ensino fundamental (equivalente à *educação básica* de grande parte das estatísticas internacionais), o número total de concluintes com 15 anos ou mais de idade correspondia a pelo menos 70% do total. Em termos gerais, o alunato brasileiro é caracterizado por uma profunda inadequação entre idade e série cursada, com mais de 17% dos estudantes matriculados com idade superior ao limite ideal de conclusão do ensino fundamental (14 anos). Isso significa que, não se revertendo essa inadequação, as projeções do impacto demográfico sobre a demanda devem considerar também as coortes acima de 15 anos, cuja taxa de crescimento é maior. Para que se tenha uma idéia, caso os níveis de repetência e abandono no Brasil caiam a zero (atualmente são acima de 20% e 11%, respectivamente), no mínimo 4% dos matriculados no ensino fundamental, em 1993, concluirão a 8ª série — se concluírem — com idades de pelo menos 20 anos, ou seja, duas coortes quinquenais acima do utilizado nas projeções.

4 — Demanda por Escola

O desafio presente da economia brasileira consiste em adequar-se às tendências dos mercados internacionais com um esforço de competitividade baseado na incorporação de tecnologias mais avançadas e aumento da produtividade do trabalho. Essas tecnologias pressupõem trabalhadores funcionalmente flexíveis, capazes de executar tarefas complexas e, principalmente, de aprender novas tarefas e introduzir melhorias no processo de produção. Estas são atividades que nem o aprendizado no trabalho (*on job training*) nem o treinamento



específico para tarefas especializadas são, sozinhos, capazes de desenvolver. Nesse sentido, existe praticamente um consenso entre analistas de que a integração com as economias internacionais em condições de competitividade depende da melhoria da qualidade dos recursos humanos por meio de investimentos em capital humano geral, ou seja, pelo aumento da escolaridade formal da força de trabalho.

Os ganhos de produtividade, no entanto, não podem estar restritos aos setores que compõem o núcleo dinâmico da economia, como ocorreu no Brasil ao longo dos anos 70. A busca por competitividade no mercado internacional e a eliminação progressiva de barreiras protecionistas exigem que os ganhos de produtividade sejam distribuídos pelo sistema como um todo, criando externalidades que garantam tanto a competitividade dos setores exportadores quanto a dos setores voltados para a economia interna. Isso significa que a escolaridade alta, para assegurar produtividade elevada a todo o sistema de produção, deve ser característica de uma fração significativa dos trabalhadores.

Ora, a necessidade de se aumentar a competitividade em um prazo relativamente curto significa investir não apenas na qualificação das futuras gerações, mas, também, na (re)qualificação das atuais. Assim, a demanda por escola nesse contexto de mudança de modelo de desenvolvimento não é determinada apenas pela dinâmica de entrada de novas pessoas em idade escolar, mas, também, pela necessidade de se aumentar o nível de escolaridade de grande parte dos trabalhadores. Levando-se em consideração que, segundo a PNAD 1995, a maioria da população brasileira com mais de 10 anos de idade não tem mais do que 7 anos de estudo e que a qualidade desse estudo é notoriamente baixa, é muito provável que o alívio das pressões populacionais por escola seja parcial ou totalmente anulado pela necessidade de aumento de escolaridade da população.

5 — Mobilidade Espacial

A migração inter e intramunicipal é um fenômeno que exige uma reconfiguração contínua da estrutura física das redes de ensino, para acompanhar os movimentos espaciais da população. Dependendo de sua magnitude, o saldo final, incluindo-se aí os efeitos diretos e indiretos da migração, pode afetar de maneira significativa a distribuição espacial da demanda por escola. Em geral, os fluxos migratórios originam-se em regiões de alto crescimento vegetativo e destinam-se a regiões de baixo crescimento vegetativo, anulando parte dessas



diferenças de crescimento. Isso explica porque a população do estado de São Paulo cresce a taxas mais elevadas do que a da região Nordeste. Da mesma forma, são nas grandes cidades onde se verificam as maiores taxas de crescimento populacional.

6 — Diferenças Regionais e Sociais na Dinâmica Demográfica

A dinâmica demográfica tem sido social e regionalmente diferenciada. As conclusões apresentadas nas seções 1 e 2 refletem a situação do Brasil como um todo, que é uma média ponderada do que vem sendo observado nas várias regiões do país. Mas, como em toda média, as diferenças regionais estão mascaradas. A fecundidade tem sido tradicionalmente mais alta nas áreas rurais do que nas urbanas; na região Nordeste relativamente à Sudeste; e nas camadas de renda mais baixa relativamente às de renda mais alta, etc.

A tabela 1 mostra que, por exemplo, a proporção da população de 5 a 14 anos residente na área rural situava-se, em 1991, em patamares bem mais elevados do que a da população urbana (27,1% e 22,5%, respectivamente). Isso se deve ao fato de que o início da queda da fecundidade rural foi posterior à queda da fecundidade urbana e, além disso, a migração rural-urbana retira das áreas rurais principalmente o contingente em idade ativa. A conclusões semelhantes se chega analisando essa proporção para as cinco regiões brasileiras também em 1991. Esta variou de 28,3% na região Norte a 20,1% na região Sudeste.

TABELA 1
Percentual da População de 5 a 14 Anos sobre a
População Total segundo as Grandes Regiões
1991

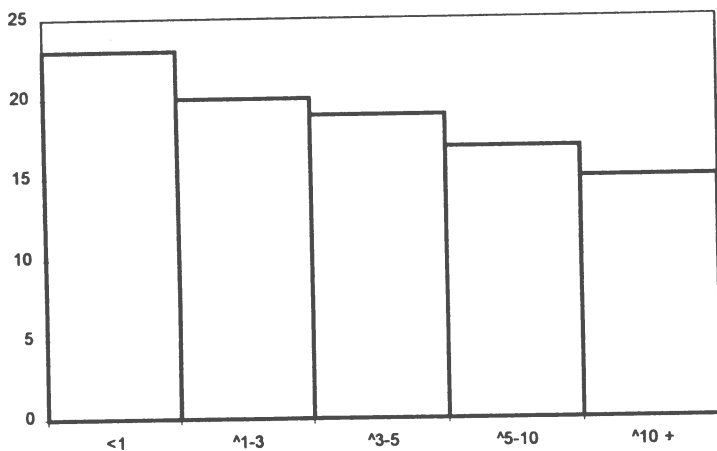
Regiões	Percentual
Norte	28,3
Nordeste	26,6
Sudeste	20,1
Sul	21,4
Centro-Oeste	23,8
Brasil	23,6
Rural	27,1
Urbana	22,5

Fonte: Censo Demográfico de 1991.



Diferenças na proporção em idade escolar por nível de rendimento são ainda mais expressivas do que as regionais. Considerando-se o percentual da população em idade de 7 a 14 anos no total da população, segundo a PNAD 1995, observa-se que este variou de 23% a 15% entre os extratos populacionais de renda mais baixa e os de renda mais alta (ver gráfico 1). Por outro lado, espera-se que a taxa de cobertura escolar tenha variado em sentido inverso, ou seja, o que os grupos mais pobres apresentem taxas de cobertura mais baixa.

GRÁFICO 1
Percentual da População de 7 a 14 Anos por Grupos de Renda
Brasil — 1995



7 — Conclusões

Há diversos determinantes dos níveis de demanda por ensino do primeiro grau além daqueles relacionados à estrutura etária da população. Mesmo sendo correta a afirmação de que a pressão populacional na determinação desses níveis no Brasil como um todo será reduzida nas próximas décadas, não é possível inferir que isso se traduzirá em queda da demanda e que, portanto, a preocupação com a expansão da base física do sistema de ensino deve ser um aspecto menos relevante das políticas educacionais.



Taxas de cobertura escolar ainda baixas em todo o Brasil e mais baixas na região Nordeste e nos grupos de renda mais baixa, aliadas a uma queda da população em idade escolar menor do que a considerada nas projeções nacionais (devido à maior fecundidade desses grupos e à defasagem série/idade), não permitem esperar uma queda significativa na demanda futura, ao menos na próxima década. Por outro lado, essas projeções estão considerando a manutenção da escolaridade atual da população. Diante das mudanças que vêm ocorrendo na economia, o cenário para a definição de políticas educacionais deve ser de um necessário aumento do nível de escolaridade não só das crianças e jovens *em idade escolar*, mas também dos trabalhadores de faixas etárias mais altas, ou seja, pressão para aumento dos níveis de demanda. Finalmente, as migrações exigem que, em certos casos, o sistema de ensino acompanhe a mobilidade espacial da população por meio da ampliação ou construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas localizadas.

IPEA/RIO
DOCUMENTAÇÃO



O COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DAS MULHERES DE 15-19 ANOS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PNDS 1996

Rita Badiani*
Elisabeth Ferraz**

Muito se tem falado nos últimos anos sobre problemas associados à gravidez na adolescência, e certa ênfase tem sido dada, em maior ou menor grau, às possíveis conseqüências demográficas, econômicas e de saúde, tanto para a mãe quanto para a criança. Não é objetivo deste trabalho tematizar ou discutir sobre tais conseqüências, mas sim contribuir à reflexão, ao apresentar alguns dados coletados na Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS 96) sobre o grupo populacional de 15-19 anos, com enfoque no comportamento reprodutivo, fecundidade, início da vida reprodutiva, gravidez na adolescência, uso de métodos contraceptivos e intenções reprodutivas.

A PNDS 96 é uma pesquisa domiciliar, cuja amostra — uma subamostra da PNAD 95 do IBGE e probabilística em dois estágios — foi desenhada para obter resultados representativos e estimativas independentes para as sete regiões da PNAD (Rio de Janeiro, São Paulo, Sul, Centro-Leste, Nordeste, Norte — áreas urbanas —, e Centro-Oeste) e para o total do país, em áreas de residência urbanas e rurais. Ao final da pesquisa, coletaram-se informações para 13 283 domicílios, tendo sido entrevistadas 12 612 mulheres de 15-49 anos. O universo de mulheres de 15-19 anos corresponde a 2 464 mulheres.

Nas últimas décadas, tem-se observado um constante e significativo declínio na fecundidade, o que produz uma redução da taxa de crescimento e, por conseqüência, uma modificação na distribuição etária da população brasileira. Esse declínio tem-se dado de forma heterogênea no que diz respeito às regiões do país, área de residência, grupos etários e outros subgrupos da população. Dados da PNSMIPF (1986) e PNDS (1996) indicam que a taxa de fecundidade total nos últimos dez anos teve uma redução de aproximadamente um terço, passando de 3,7 filhos por mulher para 2,5 filhos (ver tabela 1).

Examinando as taxas específicas de fecundidade por grupos etários quinquenais nos dois períodos, constata-se uma queda a partir do grupo etário de

* Coordenadora do Departamento de Planejamento — BEMFAM — RJ.

** Coordenadora do Departamento de Pesquisa — BEMFAM — RJ.



20-24 anos, queda essa diretamente relacionada à idade da mulher, sendo que as maiores variações percentuais foram observadas nos grupos de mulheres com mais idade.

O nível de participação dos grupos etários na taxa de fecundidade total também apresentou mudanças. Na última década, houve um declínio dessa participação para mulheres de 25-44 anos e, conseqüentemente, um aumento da participação de mulheres mais jovens. Esse aumento é também observado quando se analisa a variável *idade mediana* da mulher na época do nascimento do primeiro filho.

TABELA 1
Taxa de Fecundidade Total (TFT) e Específica por Idade,
Variação Percentual e Participação Percentual na TFT
Brasil, 1986—1996

Idade	Taxa Específica de Fecundidade		Variação (%) 1986—1996	Participação (%)	
	1986	1996		1986	1996
15-19	81	88	8,4	10,9	17,3
20-24	199	153	-23,1	26,8	30,1
25-29	189	126	-33,3	25,4	24,8
30-34	141	81	-42,6	19,0	15,9
35-39	90	45	-50,0	12,1	8,8
40-44	43	16	-62,0	5,8	3,1
45-49	nd	[3]	-	-	-
TFT	3,7	2,5	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar — PNSMIF (1986); BEMFAM/IRD; Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS, 1996); BEMFAM/MACRO

Obs.: a As taxas referem-se ao período de 0-4 anos anterior à entrevista;

b nd não disponível;

c [] estimativa truncada.

A idade mediana em que as mulheres brasileiras iniciam sua vida reprodutiva é de 22,4 anos. Apesar de a idade mediana no nascimento do primeiro filho não ter sido calculada para mulheres com menos de 25 anos de idade, pois aproximadamente metade dessas mulheres ainda não tinha tido filhos, foi observado que, entre as mulheres de 15-19 anos, um percentual de 14% teve filhos; e entre as de 20-24 anos, 32% informaram que tiveram filho antes dos 20 anos. Registra-se ainda uma ligeira diminuição na idade mediana, comprovada pelo fato de uma maior proporção de mulheres jovens estar tendo filhos mais cedo: 16% das mulheres de 20-24 anos tiveram filhos antes dos dezessete anos,



enquanto que essa porcentagem, em relação a mulheres de 40-49 anos, está próxima de 10%.

TABELA 2
Porcentagem de Adolescentes de 15-19 Anos que São Mães ou Estão Grávidas do Primeiro Filho, por Características Seleccionadas — Brasil — PNDS 1996

Características	Já Mães	Grávidas do 1º filho	Total das Alguma Vez Grávidas	Número de Adolescentes
Idade				
15	3,1	1,2	4,4	557
16	7,5	3,1	10,6	534
17	15,4	5,1	20,5	484
18	21,5	3,8	25,3	493
19	28,8	6,1	34,8	396
Residência				
Urbana	13,0	3,6	16,6	2 000
Rural	20,1	4,1	24,2	464
Região				
Rio	13,7	4,1	17,8	220
São Paulo	13,9	3,7	17,6	483
Sul	13,3	3,1	16,4	356
Centro-Leste	9,0	3,7	12,7	333
Nordeste	16,9	3,7	20,6	751
Norte	19,5	4,0	23,5	145
Centro-Oeste	13,0	4,0	17,0	175
Anos de educação				
0-3 anos	29,0	4,5	33,6	331
4 anos	20,4	4,7	25,1	281
5-8 anos	14,2	4,0	18,2	1 223
9-11 anos	4,2	2,2	6,4	605
12 ou mais	*	*	*	24
Total	14,3	3,7	18,0	2 464

Nota.* Menos de 25 casos.

Com relação à situação da gravidez na adolescência, verifica-se que 18% das mulheres de 15 a 19 anos já iniciaram a vida reprodutiva, seja porque já se tornaram mães (14%), seja porque estão grávidas do primeiro filho (4%). A tabela 2 apresenta ainda os diferenciais da gravidez na adolescência por idade, si-



tuação de residência, região e nível de escolaridade. Com relação à idade, observa-se que, como esperado, a proporção de mulheres que já haviam iniciado a vida reprodutiva cresce com a idade, variando de 3% para as mulheres de quinze anos, a 29% para as mulheres de dezenove anos.

Segundo o local de residência, a porcentagem de adolescentes que informaram ter pelo menos um filho é bem mais elevada na área rural (20%) do que na área urbana (13%). Entre as regiões, a mais alta proporção encontra-se na região Norte (20%) e a mais baixa, na região Centro-Leste (9%). Em relação à escolaridade, observa-se que o nível de instrução da adolescente guarda uma relação inversa com o início da vida reprodutiva. Essa variável é discriminatória e importante na determinação do início da vida reprodutiva. Entre as adolescentes com até três anos de escolaridade, 29% já haviam se tornado mães, e 5% estavam grávidas do primeiro filho. Entre aquelas com nove a onze anos de estudo, esses percentuais alcançam somente 4% e 2%, respectivamente.

Sumarizando, os dados apresentados na tabela 2 indicam que existe uma maior probabilidade de uma jovem ter uma gravidez na adolescência: se for maior de dezessete anos, residente de uma área rural, da região Norte ou Nordeste e tiver um nível de instrução menor que o primário.

Um outro dado interessante também investigado pela pesquisa refere-se ao número de filhos vivos desse grupo populacional e à situação de planejamento dos nascimentos.

Analisando-se a distribuição percentual das mulheres de 15 a 19 anos pelo número de filhos vivos, os dados indicam que cerca de 11% delas tinham um filho no momento da pesquisa (3% tinham dois filhos). Esta proporção cresce com a idade das mulheres, assim como o número médio de filhos nascidos vivos. Entre as jovens de 19 anos, uma em cada dez tem dois filhos. Quando investigadas sobre a situação do planejamento do último nascimento, os dados indicam que 50% foram planejados, isto é, desejados no momento; 37% o queriam mais tarde. É interessante ressaltar que o percentual de mulheres de 15-19 anos que informou desejar o nascimento do último filho é bastante similar aos percentuais encontrados nos subgrupos populacionais de 20-24 anos e 30-34 anos, além de acompanhar a média nacional.

Por outro lado, os dados coletados sobre intenções reprodutivas para o grupo de mulheres unidas de 15 a 19 anos indicam que um percentual bastante elevado (31%) não deseja mais filhos, e que 12% desejam um filho nos próxi-



mos dois anos. Além disso, 51% manifestaram o desejo de adiar o nascimento do próximo filho por um período de, pelo menos, dois anos e, por fim, somente 6 % estavam indecisas *se* queriam e *quando* queriam um filho.

TABELA 3
Distribuição Percentual do Uso Atual da Anticoncepção entre
Mulheres de 15-19 Anos de Idade por Tipo de Método
Segundo a Situação Conjugal Brasil — PNDS, 1996

	Mulheres Unidas	Mulheres Sexualmente Ativas Não Unidas*	Todas as Mulheres
Usando método	54,1	66,0	14,7
Método moderno	47,2	61,0	13,2
Pílula	36,1	36,7	8,8
DIU	1,2	0,0	0,2
Injeções	3,1	4,6	0,9
Condom	6,4	19,7	3,3
Esterilização feminina	0,4	0,0	0,1
Método tradicional	6,3	5,0	1,4
Abstinência periódica**	0,9	1,3	0,3
Coito interrompido	5,5	3,8	1,2
Outros***	0,5	0,0	0,1
Não usando	45,9	34,0	85,3
Total	100,0	100,0	100,0
Nº de mulheres	339	217	2 464

Notas: * Mulheres sexualmente ativas não unidas foram definidas como sendo mulheres solteiras ou separadas que informaram atividade sexual nas quatro semanas anteriores à pesquisa.

** Inclui tabela, *billings* e *temperatura*.

*** Incluem ervas, chás, etc.

Com relação ao uso de métodos anticoncepcionais, um total de aproximadamente 15% das jovens estava utilizando algum método na época da pesquisa, sendo que 13% usavam um método moderno e, pouco mais de 1% delas, métodos tradicionais (ver tabela 3). Nesse grupo etário, o nível de uso da anticoncepção é bastante diferenciado segundo a situação conjugal da jovem. A prevalência de uso da anticoncepção atinge percentuais de 54% para mulheres unidas e de 66% para aquelas sexualmente ativas não unidas. A pílula é o método mais utilizado, seguido pelo *condom*, métodos tradicionais e injeções. É



importante ressaltar a importância que o *condom* assume para as jovens sexualmente ativas não unidas: 30% das usuárias da anticoncepção adotaram esse método, em contraste com apenas 12% daquelas em união. Essa maior utilização do *condom* nesse grupo de mulheres certamente estaria associada à questões de prevenção das DST e AIDS.

Embora exista um percentual expressivo de mulheres que afirmaram não desejar mais filhos (31%), ou querer esperar pelo menos dois anos para tê-los (51%), quando se analisa a prevalência de uso de métodos para o conjunto das mulheres unidas, o percentual encontrado (54%) parece não refletir a necessidade reportada pelas intenções reprodutivas. Entretanto, para interpretação dos dados sobre essas intenções, deve-se levar em conta o fato dessas mulheres serem ainda muito jovens e, portanto, tais intenções reprodutivas poderão sofrer mudanças ao longo dos anos, o que influenciará seu comportamento reprodutivo.



COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

Uma publicação da
Diretoria de Política Social do IPEA e da
Diretoria de Pesquisa do IBGE

Editora
Ana Amélia Camarano

Edição Técnica
Serviço Editorial do IPEA (BRÁSILIA)

Colaboram neste número: Kaizô I. Beltrão, Ana Amélia Camarano, Rita Baldiani,
Elisabeth Ferraz, Marcelo Medeiros.

Tiragem: 1 000 exemplares
